

Assembleia aprova criação de plano e fundo para reconstrução do Estado

Projeto, que também cria fundo para a recuperação do Estado, foi apresentado por Leite na semana passada

Assembleia aprova plano de reconstrução

PAULO EGÍDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Por 52 votos a dois, a Assembleia Legislativa aprovou ontem a criação de um plano e um fundo para a reconstrução do Rio Grande do Sul após a enchente histórica. O projeto de lei havia sido enviado na quinta-feira da semana passada pelo governador Eduardo Leite e foi chancelado pelos deputados estaduais após cinco dias de tramitação.

Na prática, o texto dará lastro legal às ações executadas pelo governo para responder aos danos provocados pelo desastre. Decretos, portarias e outras normativas poderão ser emitidos com base na nova lei, assim como a liberação de recursos do fundo aos municípios e órgãos estaduais.

A iniciativa, que também prevê ações para adaptação e resiliência climática, foi batizada de Plano Rio Grande. O projeto foi o único a ser discutido e votado pelos deputados na sessão extraordinária, realizada por videoconferência. Apenas o presidente da Assembleia, Adolfo Brito (PP), estava no plenário.

Antes de aprovar o texto, os deputados derrubaram emenda do PSOL que tornava o fundo permanente, considerando a possibilidade de outros eventos climáticos extremos no futuro.

Em contrapartida, os dois deputados do PSOL votaram contra o texto principal.

– Não temos como dar aval a uma proposta que não apresenta quais elementos vão guiar a reconstrução. A política que vigorou no Estado nos últimos anos não nos autoriza a dar esse voto de confiança. Precisamos debater profundamente, não tomar decisões açodadas – protestou Matheus Gomes (PSOL), durante a discussão da proposta.

O aditivo também previa que empreendimentos considerados grandes poluidores passassem a arcar com custos de prevenção, controle e reparação de danos ambientais.

Líder do PSDB, o deputado Valdir Bonatto ponderou que ainda não é possível mensurar a extensão dos danos produzidos pela enchente:

– O projeto trata da organização do plano, ainda de forma geral, porque não sabemos o tamanho do problema e das dificuldades que vamos encontrar para reconstruir o Estado.

O projeto de lei foi elaborado em conjunto pelo governo Leite e pela bancada do PT, maior partido da oposição. Há duas semanas, os petistas se reuniram com o governador e sugeriram a criação de um fundo financeiro nesses moldes.

Nessa conta bancária, será depositado o valor referente às parcelas que o Palácio Piratini deixará de passar à União para o pagamento da dívida, que foi suspenso por três anos.

O fundo também reunirá verbas de emendas parlamentares, doações e outros recursos do orçamento.

– Esse plano é o resultado da união que estamos buscando. Propusemos um projeto, o governador nos recebeu, fizemos várias reuniões para ajustar o texto, o governo foi melhorando o projeto e compreendemos que era possível avançar – relatou o líder do PT, Luiz Fernando Mainardi.

Fiscalização

A discussão e a fiscalização da aplicação das verbas ficarão a cargo de um conselho, formado por representantes do governo, de universidades, entidades empresariais, centrais sindicais e ambientalistas, além da Famurs e Associação Riograndense de Imprensa. A Assembleia Legislativa, por sua vez, criará comitê próprio para acompanhar os gastos.

Após a votação, o governador Eduardo Leite publicou vídeo nas redes sociais no qual agradece aos deputados que votaram a favor do projeto:

– A partir disso, vamos editar decretos que estabelecem a regulamentação do Plano Rio Grande e enviar ainda nesta semana à Assembleia Legislativa o projeto de lei que vai criar a Secretaria da Reconstrução Gaúcha.

O titular da nova pasta será o atual secretário de Parcerias e Concessões, Pedro Capeluppi.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 6